



---

## O Papel das Finanças no (Re)Ordenamento e na Gestão do Território no Brasil: Aspectos Gerais e as Particularidades do Espaço Agrário

**Luís Angelo dos Santos Aracri**<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

### **Resumo.**

Tendo como base uma palestra apresentada em maio de 2021 no Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o presente artigo tem como objetivo dissertar, de modo panorâmico, acerca da influências das finanças no (re)ordenamento e na gestão do território no Brasil, desde os princípios da atividade bancária no país, no século XIX, até as primeiras décadas do século XXI. Especial atenção será dada aos efeitos particulares da financierização sobre o espaço agrário brasileiro.

**Palavras-chave:** finanças; território; espaço agrário; Brasil; geografia.

The Role of Finance in the (Re)Ordination and Management of the Territory in Brazil: General Aspects and Particularities of the Agrarian Space

### **Abstract.**

Based on a lecture presented in May 2021 at the Graduate Program in Population, Territory and Public Statistics of the National School of Statistical Sciences of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE in Portuguese), this paper aims to present a dissertation, in a panoramic way, on the influence of finance on the (re)ordination and management of the territory in Brazil, from the beginnings of banking activity in that country, in the 19th century, to the first decades of the 21st century. Special attention will be given to the particular effects of financialization on the Brazilian agrarian space.

**Keywords:** finance, territory, agrarian space, Brazil, geography.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado do Depto. de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [luis.aracri@ufjf.br](mailto:luis.aracri@ufjf.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5406-2678>

## Introdução

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma conferência homônima ministrada pelo autor em maio de 2021 no âmbito da disciplina “Organização e Gestão do Território” do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo da *lecture* em questão era interpretar, de modo panorâmico, o (re)ordenamento e a gestão do território no Brasil a partir do papel das finanças e mediante uma perspectiva “geohistórica”, isto é, compreendendo a análise desde início da atividade bancária no país durante o século XIX até as finanças globais das últimas décadas do século XX e das primeiras do século XXI. Todavia, embora este trabalho disserte sobre a relação entre financeirização e (re)ordenamento / gestão do território no Brasil de um modo geral, especial atenção será dada as particularidades do espaço agrário nacional, uma vez que o campo e as atividades agropecuárias também foram profundamente transformados pelo capital financeiro.

As finanças constituem um nexos fundamental para a compreensão do modo como a configuração territorial de um país pode ser modificada ao longo do tempo. Entende-se aqui a configuração territorial nos termos propostos por Santos (1988), ou seja, ela compreende o arranjo espacial das formas materiais, naturais ou resultantes do trabalho do homem, por meio das quais se dá a reprodução das sociedades. Isso quer dizer que são as relações sociais que não apenas criam e alteram as configurações territoriais, (re)ordenando-as, como também lhes dão funções e sentidos. Por gestão do território, estamos aqui de acordo com Corrêa (2006), quando diz que se trata de ações e estratégias executadas por agentes públicos ou privados para ter acesso ou se apropriar de determinada parcela do espaço geográfico, visando, também, o controle de sua organização interna.

Para o devido desenvolvimento da análise aqui proposta, teremos a seguir dois tópicos que abordarão, respectivamente: (a) uma evolução histórica dos principais marcos da relação entre finanças e (re)ordenamento / gestão do

território no Brasil; e (b) trajetória dessa relação com foco exclusivo no espaço agrário nacional, destacando os principais momentos-chave. Nas considerações finais, apresentaremos ao leitor nosso esforço de síntese.

## **Finanças e território no Brasil: um breve histórico**

No Brasil, o relacionamento entre as finanças e as transformações na configuração de seu território começou a se intensificar com o início formal da atividade bancária, ainda durante o Império, no século XIX. O Banco do Brasil, por exemplo, foi fundado em 1808, mas outros surgiram posteriormente, como foi o caso do Banco do Crédito Real, em Juiz de Fora, criado em 1889. Os primórdios da atividade bancária coincidiram com o “ciclo do café” (CORRÊA, 2006) e, por essa razão, esta teve um papel determinante na organização e dinamização do setor cafeeiro ao mesmo tempo em que contribuiu com mudanças que ocorreram no ordenamento do território entre o século XIX e os últimos anos da Primeira República, no começo do século XX.

Isso ocorreu de diferentes formas. Primeiramente, através do financiamento da compra de propriedades rurais, o que, conseqüentemente, possibilitou a abertura de novas fazendas. Dessa forma, a produção de café avançou em direção ao interior (MOREIRA, 2012) e se afastou fisicamente das “portas de saída” do produto, que no caso eram os portos de Santos (em maior grau, por isso era conhecido como “Porto do Café”) e o do Rio de Janeiro (em menor escala); em segundo lugar, por meio dos empréstimos concedidos às empresas concessionárias de transporte ferroviário, como a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (fundada em 1872) e a Estrada Ferro Sorocabana (de 1875), cujos serviços ligavam as áreas produtoras do interior aos espaços portuários (todavia, essas ferrovias passavam também por outros nucleamentos urbanos, influenciando, portanto, a dinâmica desses espaços).

Além disso, vale destacar o financiamento às atividades que davam suporte à produção do café, como o beneficiamento, o ensacamento, a “fabricação de fazendas”, corretagem etc. Essas atividades, que no começo do ciclo cafeeiro estavam compreendidas no âmbito das próprias unidades de

produção, se autonomizaram no auge da expansão para o oeste de São Paulo – dando origem ao chamado “complexo cafeeiro paulista”, de acordo com Silva (1998) – e, em seguida, se transferiram para as cidades próximas às fazendas. Nesse processo, criaram expectativa por trabalho e impulsionaram, dessa forma, correntes migratórias. O resultado foi o crescimento das áreas urbanas no esteio do crescimento tanto populacional/demográfico quanto do setor terciário.

O ciclo do café, com o suporte da atividade bancária que emergiu de modo concomitante no país, desencadeou um processo de acumulação que resultou na concentração de capitais e de ativos na região sudeste. Isso, somado ao fato de que a capital política ficava no Rio de Janeiro e que tanto a sede do maior banco nacional, o Banco do Brasil, quanto as sedes das maiores empresas privadas nacionais encontravam-se instaladas na região, contribuíram para um longo ciclo de concentração produtiva regional e de profundo desequilíbrio socioeconômico entre o sudeste e as demais regiões (CANO, 2007; CORRÊA, 2006; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Tanto que, no começo do processo de industrialização nacional, iniciado com a República Nova na década de 1930, a política de incentivo à atividade industrial mediante confisco dos lucros das exportações do café e de crédito facilitado aos investimentos com foco na produção industrial favoreceu, em primeiro lugar, a região sudeste (OLIVEIRA, 2003). A região fornecia tanto o excedente econômico necessário ao investimento no setor industrial em formação como a concentração de fatores de produção na escala necessária para a obtenção de ganhos crescentes: concentração populacional (mercado de trabalho), capitais fixos e um setor terciário de grande porte.

Mas essa concentração produtiva regional, ao longo das décadas, começou a ser acompanhada, também, por um processo de concentração duplo da atividade bancária no país (CORRÊA, 2006): de um lado, esse setor foi sendo progressivamente controlado por um número cada vez menor de instituições bancárias, que passaram a comandar redes de agências na escala nacional, processo esse que foi acompanhado pelo sistemático

desaparecimento dos bancos locais e regionais, que à medida em que faliam eram comprados por bancos maiores; de outro, os centros de gestão da atividade bancária – as cidades onde se localizam as sedes administrativas dos bancos – vão sendo reduzidos a um número cada vez menor, se concentrando quase que majoritariamente na região sudeste, até que, finalmente, São Paulo tomou para si e de modo exclusivo esse papel, tornando-se não apenas o centro de gestão da atividade bancária dos bancos privados nacionais, mas também é um subcentro de gestão dos bancos estrangeiros com atuação no país.

Mas transformações ainda mais profundas no território brasileiro haveriam de acontecer sob o efeito catalizador das finanças, principalmente as internacionais. Em 1944 ocorreu a Conferência de Bretton-Woods, nos EUA, que deslocou o câmbio do padrão ouro para uma moeda forte, no caso o dólar americano, selou um acordo entre as nações participantes no qual foram estabelecidos parâmetros para as transações comerciais e financeiras internacionais e criou as instituições que se tornaram fundamentais para o sistema financeiro internacional: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que mais tarde daria lugar ao Banco Mundial. Essas instituições surgem, entre outros objetivos, com a proposta de financiar políticas de desenvolvimento e combate à pobreza nos países subdesenvolvidos, tendo como “modelo” de referência o *new deal* norte-americano.

A “receita” recomendada, principalmente pelo FMI, eram os “Grandes Projetos de Investimento” (GPIs), que no Brasil e na América Latina ganharam a alcunha de “políticas de planejamento” (ARACRI, 2021-b). Todavia, os grandes projetos de infraestrutura custavam muito caro para a capacidade de financiamento dos governos de países da periferia do capitalismo, uma vez que estes padeciam de sérios desequilíbrios em suas contas públicas. A única forma de levá-los a cabo era solicitando empréstimos ao FMI e ao BIRD – o que passou a ocorrer de maneira regular, de Juscelino Kubtischek (1956-1961) ao Regime Militar (1964-1985). Foram projetos, principalmente, nas áreas de

transportes, energia, comunicações e produção de insumos básicos. Os resultados práticos dessas políticas sobre a configuração territorial brasileira foram:

- Expansão da urbanização, com canteiros e acampamentos de obras se transformando, primeiro, em nucleamentos urbanos e, posteriormente, em novas cidades (PIQUET, 1998).
- Atração de empresas multinacionais do setor industrial, principalmente de segmentos ligados à produção de bens de consumo duráveis (PIQUET, 2007), que se instalaram preferencialmente na chamada “região concentrada” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), isto é, o eixo sul-sudeste.
- Os empréstimos acarretaram o aumento do endividamento externo, o que, por sua vez, justificou a adoção de políticas de incentivo ao cultivo de gêneros exportáveis (como a soja, por exemplo) e a empreendimentos no campo da mineração. Essas e outras políticas a elas associadas desencadearam um processo de “desconcentração produtiva” (CANO, 2008; SANTOS e SILVEIRA, 2001), que se traduziu, entre outras coisas, através do avanço da fronteira agrícola pelo Planalto Central, em direção à Amazônia, e na formação de novos nucleamentos urbanos no esteio da mineração na região norte.

Com relação ao avanço da fronteira agrícola, faz-se necessário destacar que o mesmo se deu mediante um processo de ocupação produtiva e demográfica através de projetos de colonização públicos e privados, que resultou na abertura de fazendas e na formação de novos núcleos urbanos (BECKER, 1988), e no posterior desenvolvimento de vantagens comparativas, como a oferta elevada e estável de matérias-primas (BERNARDES, 1996), que possibilitaram a atração de agroindústrias a partir da década de 1980. Como resultado, além do avanço do desflorestamento (BRITTO, 2009), a pecuária extensiva e as lavouras de subsistência, que dominavam a paisagem do Planalto Central, foram deslocadas para a região norte, aumentando a pressão ambiental (e os conflitos sociais) no bioma amazônico.

Na década de 1990, as políticas econômicas de cunho desenvolvimentistas, isto é, aquelas baseadas na teoria econômica keynesiana e na adaptação do modelo *new deal* à realidade nacional deram lugar a uma abertura econômica indiscriminada, à desregulamentação dos mercados e à onda de privatizações de infraestruturas e serviços compreendidos na esfera do Estado (PIQUET, 2007). Inicia-se, na sequência, um novo ciclo de investimentos estrangeiros através da aquisição de ativos existentes no país: empresas de capital privado nacional e empresas estatais (SARTI e LAPLANE, 2003). Entretanto, as taxas de criação de capitais fixos novos foi muito baixa no primeiro decênio, com exceção do setor de telecomunicações.

Tivemos, contudo, uma rápida modernização dos setores produtivos mediante a incorporação de novas tecnologias e insumos através de importações diretas das matrizes no exterior por parte de suas filiais no Brasil, ou através de outros fornecedores estrangeiros (SARTI e LAPLANE, 2003) – um fenômeno conhecido na literatura econômica como “atalho tecnológico” (BAUMGARTEN, 2011). No tocante à questão da aquisição de ativos existentes, foi um processo que se deu com o suporte de instituições financeiras, desde grandes bancos privados estrangeiros até, em alguns casos, o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ainda no que diz respeito à esse tópico – a compra de ativos já criados no país por capitais externos – cabe destacar aqui dois exemplos bastante ilustrativos: o primeiro, a aquisição de bancos privados nacionais por bancos privados estrangeiros (o que reforça o que foi dito anteriormente à respeito da dupla concentração da atividade bancária no país); o segundo, que é um caso mais específico do espaço agrário nacional (sobre o qual aprofundaremos um pouco mais no tópico seguinte), é a compra de unidades agroindustriais de produção. Se no primeiro caso temos exemplos como o do Bamerindus, que foi absorvido pelo HSBC, e o Banco Real, que foi adquirido pelo ABN-AMRO Bank (CORRÊA, 2006), no segundo podemos citar a compra das unidades de esmagamento de soja da Santista Alimentos e da Sadia em Rondonópolis (Mato Grosso) pelo Grupo Bunge e pela Archer Daniel Midlands (ADM),

respectivamente, na década de 1990 (ARACRI, 2012). Com o investimento estrangeiro direto na compra de unidades agroindustriais de capital nacional, temos a entrada "oficial" das transnacionais no campo brasileiro.

Nas décadas que se seguiram à abertura econômica, esse será o padrão dominante (com algumas raras exceções): empresa do setor terciário estrangeiro comprando empresa do setor terciário nacional, empresa do setor produtivo estrangeiro comprando empresa do setor produtivo nacional e instituições financeiras estrangeiras comprando bancos nacionais. No caso das empresas nacionais, elas podiam ser tanto privadas quanto públicas. Mais recentemente, verificamos uma ligeira, porém importante, mudança nesse padrão: instituições do sistema financeiro internacional, como fundos de investimentos, fundos de pensão ou bancos estrangeiros passaram a adquirir ativos de quaisquer setores no país.

### **As particularidades da relação entre finanças e território no espaço agrário nacional**

Apesar de que no tópico anterior, no qual tratamos de modo panorâmico como a expansão da financeirização no país contribuiu com transformações no ordenamento e na gestão do território brasileiro, destacamos alguns aspectos dessa relação que são específicos do espaço agrário brasileiro, deste ponto em diante examinaremos tais desdobramentos sob essa parcela do espaço nacional com um nível detalhe um pouco maior.

Um marco importante para a compreensão da relação entre finanças e as transformações do campo brasileiro é a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1964. O sistema foi instituído pela Lei 4.595, que determinou que as normas de aplicação dos recursos são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e publicadas pelo Banco Central e estabeleceu como agentes principais os bancos públicos e privados e as cooperativas de crédito – sendo que o Banco do Brasil detém mais da metade do repasse dos recursos (Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, 2004). Segundo essas normas, os recursos poderiam ser utilizados da seguinte maneira: (a) para fins

de custeio (despesas do próprio ciclo produtivo, como compra de fertilizantes, sementes, defensivos etc); (b) para fins de investimento (aquisição de bens e serviços e realização de benfeitorias, como por exemplo compra de terras, de máquinas e equipamentos, implementação de projetos de irrigação); e (c) suporte à comercialização (financiamento de operações de compra e venda de produtos, ou de armazenamento e estocagem). Cabe ressaltar, ainda, que podem acessar esses recursos, segundo essas regras, produtores rurais individuais (pessoas físicas), cooperativas de produtores rurais e empresas.

É importante destacar que o SNCR foi um importante vetor do processo de modernização da agricultura no Brasil. Entretanto, cabe sublinhar aqui um segundo vetor de igual relevância e ao qual o crédito rural se associou fortemente: a pesquisa e a extensão rurais. Como indutores da modernização do campo, o crédito, a pesquisa e a assistência técnica contribuíram com o acréscimo progressivo de objetos industriais nos espaços agrários. Isso possibilitou, de um lado, a integração da produção agropecuária com a chamada “indústria para agricultura” (SILVA, 1998) mediante esse emprego crescente de máquinas e implementos, de fertilizantes, de defensivos químicos etc; de outro, permitiu também tanto o cultivo de maiores extensões de terra sem aumento correspondente de força de trabalho quanto o aumento da produtividade em uma mesma unidade de área. O resultado foi o crescimento da escala de produção e a produção de excedentes apropriados pela agroindústria processadora e por empresas comerciais que atuam no encaminhamento das *commodities* para o mercado externo – as chamadas *tradings* (ARACRI, 2012).

À medida em que as atividades agropecuárias passaram a se integrar ao setor industrial, tanto à montante quanto à jusante, foram sendo constituídos vínculos intersetoriais que deram origem aos complexos ou cadeias agroindustriais (SILVA, 1998), mas, ao mesmo tempo, esses vínculos criaram relacionamentos e interações entre diferentes parcelas do território nacional e até mesmo com o exterior, que é o que na geografia vem sendo chamado de “circuitos espaciais de produção” ou “circuitos produtivos” (SANTOS, 1988;

SANTOS e SILVEIRA, 2001). Uma vez que a nova divisão do trabalho resultante desse processo vem se ampliando e se aprofundando, são agregados aos diferentes circuitos produtivos agropecuários e agroindustriais diversas atividades e serviços de suporte e cresce a tendência à especialização dos agentes. Como exemplos, podemos citar os serviços de transportes e logística, as empresas de consultoria agropecuária e assistência técnica e as revendedoras de pacotes tecnológicos (sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos). Nesse sentido, a modernização do campo não se restringirá apenas às mudanças nos métodos e técnicas de produção agropecuária, mas também tomará forma através da modernização de capitais fixos existentes, ou da criação de novos: infraestruturas de transportes e comunicações, instalações de armazenagem, unidades agroindustriais, frigoríficos, aviários, condomínios logísticos etc.

Falar de circuitos produtivos significa falar, portanto, de um território segmentado, porque os segmentos das cadeias agropecuárias/agroindustriais encontram-se espacialmente dispersos, mas significa falar, também, de um território segmentado que é, ao mesmo tempo, integrado, articulado. A organização do território nacional se deslocou de uma lógica exclusivamente zonal, isto é, baseada na contiguidade e na proximidade, para uma lógica reticular, baseada na dispersão espacial (VELTZ, 1999).

É importante frisar que até a década de 1980 a política de crédito rural não atingiu de maneira massiva os agricultores. Fatores como a baixa escolaridade (que limitava o processo de transferência de tecnologia através da extensão rural) e as condições econômicas eram barreiras importantes. Isso muda, principalmente, com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, que introduziram diversas políticas com foco na agricultura familiar. Dentre elas, a mais paradigmática foi o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Mas a lógica desse e de outros programas posteriores não era radicalmente diferente do que existia até então: a modernização e a profissionalização da pequena produção familiar dentro do modelo mecânico-químico-biológico das décadas anteriores e sob indução de

programas de acesso ao crédito e à assistência técnica. Todavia, isso representou uma nova “janela de oportunidades” para o capital privado, pois os territórios da agricultura familiar passaram a ser vistos, da perspectiva dos agentes dos setores industrial e financeiro, como uma nova “fronteira”, isto é, como um novo espaço a ser conquistado (ARACRI, 2011 e 2018).

Mas algumas das mudanças mais significativas no ordenamento e na gestão do território observadas no âmbito do espaço agrário brasileiro com a expansão da financeirização no país ocorreram a partir dos anos 2000, parte delas sob a ação do capital financeiro de origem estrangeiro. Esse processo tem início com o financiamento à produção, quando passamos a ter, de um lado, as multinacionais no setor de maquinário agrícola, como Massey-Ferguson e John Deere, criando bancos privados próprios para ampliar a oferta de crédito no país para a compra de máquinas e equipamentos; e, de outro, as *tradings*, firmas comerciais que controlam a compra, o armazenamento e a distribuição de *commodities*, que passaram a financiar a produção através da comercialização dos chamados “pacotes tecnológicos”: o fornecimento de “capitais variáveis”, como sementes, fertilizantes e defensivos, consorciado com a prestação de serviços, como ajuste de maquinário, aluguel de máquinas e gerenciamento da produção (ARACRI, 2012)<sup>2</sup>.

Atualmente, com o contínuo processo de especialização dos agentes e de aprofundamento da divisão social do trabalho, essa função (de financiar a produção através da “troca” de pacotes tecnológicos por produtos agropecuários) passou a ser desempenhado pelas chamadas “revendedoras”, isto é, empresas que se especializaram na comercialização desses pacotes, e que depois revendem as matérias-primas recebidas para as *tradings*. É importante frisar que muitas dessas revendedoras que atuam no país pertencem a grupos financeiros estrangeiros ou têm a participação deles em sua composição acionária. Um exemplo são as revendedoras que integram a rede da Bayer Agro Brasil, empresa subsidiária da multinacional Bayer AG, de

---

<sup>2</sup> Esse conjunto de serviços é denominado genericamente de “assistência técnica”, mas como já visto em Aracri (2012), ao contrário da extensão rural essa prática não configura qualquer tipo de transferência de conhecimento para os produtores rurais.

origem alemã, que foi adquirida pela BASF (também com sede na Alemanha) em 2018, e que, por sua vez, pertence ao DAX 30, a relação das trinta maiores companhias alemãs de capital aberto e de melhor performance financeira. Dentre as empresas do DAX 30, a Basf é a que possui o maior percentual de investidores privados, sendo 45% deles com origem na própria Alemanha e 21% situados nos Estados Unidos e no Canadá (BASF, 2020).

As estratégias de financiamento privado da produção acima relatadas deram origem a um novo fenômeno a partir dos anos 2000: a dissociação entre a propriedade da terra e o controle da produção (ARACRI, 2011 e 2012). As revendedoras, como outrora faziam as *tradings*, decidem o que vai ser produzido, o quanto vai ser produzido e como vai ser produzido, uma vez que o gerenciamento da produção é totalmente assumido por essas empresas. Em outras palavras, nos territórios ocupados pela produção de *commodities* agrícolas, a gestão hoje pertence às revendedoras, ou, mais especificamente, aos agentes do capital financeiro internacional.

Em seguida, várias empresas, de agroindústrias a revendedoras, a grande maioria de capital misto, começaram a abrir seus capitais nas bolsas de valores, o que fez com que a participação de fundos de investimentos, fundos de pensão e *endowments* (gestores de fundos de doações) estrangeiros na composição acionária nessas firmas aumentasse consideravelmente. Algumas dessas empresas, após essa abertura de capitais, criaram imobiliárias agrícolas para negociar terras. Isso ocorreu alguns poucos anos antes da crise financeira de 2008/2009 (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2015). A explicação para esse movimento é a seguinte: historicamente, as crises econômicas costumam vir acompanhadas de altas nos preços das *commodities*, o que, como resposta, desencadeia uma corrida por terras, uma vez que a aquisição de novas terras é uma forma de se contornar o alto custo da produção das matérias-primas através do deslocamento de um sistema de produção mais intensivo em capital para um sistema mais extensivo em terras (SASSEN, 2016). Através desse mecanismo, busca-se induzir a redução do preço das *commodities*.

Entretanto, a corrida pelas terras valoriza os imóveis rurais – e esse é o motivo pelo qual o capital financeiro passou a se interessar pelo mercado de terras agrícolas, dando origem assim ao *landgrabbing*, fenômeno também conhecido como “estrangeirização de terras” pelo fato de que a terra se transformou em um ativo territorial nacional apropriado e controlado por instituições do capital financeiro internacional. Segundo dados do Instituto Informa Economics FNP, entre 2008 e 2012, a compra de áreas rurais no Brasil foi um investimento mais rentável que aplicações em dólar; entre 2002 e 2013, o preço da terra agrícola no Brasil subiu 227%, com esse valor subindo em média 12% ao ano. A variação no preço das terras foi maior onde verificamos hoje o avanço da fronteira agrícola: no Nordeste, principalmente nos estados que fazem parte da região do MAPITIBA (ou MATOPIBA), e no Norte, avançando sobre a floresta Amazônica (ARACRI, 2021). Não por acaso, o último pico de desmatamento na Amazônia antes do mais recente, em 2020, foi justamente no período 2008/2009, quando a crise financeira mundial e a alta das *commodities* disparou a corrida por terras: o desflorestamento atingiu uma área de 12,3 mil km quadrados.

O fenômeno, inclusive, é mais amplo. Temos também a apropriação de outros recursos naturais como florestas e mananciais de água: nesse caso, temos, respectivamente, o *green grabbing* e o *water grabbing*. No Brasil, especificamente, temos ainda os TIMO's, sigla em inglês para o termo *timberland investment management organization*, que são brokers, isto é, gestores de investimentos, que executam a compra de florestas plantadas de eucalipto para investidores e, além disso, gerenciam os investimentos e prestam serviços de gestão florestal, administrando as atividades silviculturais (SOFISTE, 2018). Também fazem parte dos TIMO's os fundos de pensão e os fundos familiares e de grupos. Dados de 2013 do IBÁ (Instituto Brasileiro de Árvores) já mostravam que a área de florestas plantadas de propriedade de investidores institucionais no Brasil havia alcançado 487 mil ha em dez anos e o montante de recursos alocados superou os R\$ 6 bilhões. Os TIMO's representam aproximadamente 6% da área ocupada com florestas plantadas

no país e dentre os principais agentes investidores, destacam-se o Brookfield, o RMK Group e o The Forest Company.

## Considerações finais

De forma panorâmica e assumidamente generalista, procuramos demonstrar, ao longo do presente trabalho, as diferentes formas através das quais as finanças se constituíram – e ainda se constituem –, desde a instituição da atividade bancária no século XIX até as finanças globais dos dias de hoje, como um vetor fundamental para a compreensão dos processos pretéritos e atuais implicados no (re)ordenamento e na gestão do território no Brasil. Vimos, por exemplo, que o surgimento dos bancos no país foi um marco histórico de grande relevância para o chamado “ciclo do café”, tendo em vista que contribuiu para a organização do setor cafeeiro e para a interiorização da produção através do financiamento da compra/abertura de novas fazendas e de estradas de ferro, possibilitando, dessa forma, o surgimento de novos nucleamentos urbanos, ou mesmo o crescimento e dinamização daqueles que já existiam, criando nesses espaços expectativa por trabalho, o que estimulava correntes migratórias e transferência de mão-de-obra do campo para as cidades.

Ao longo do século XX, a influência das finanças sobre as feições do território nacional se manifestou de diversas formas: através do crédito facilitado às atividades industriais (que, por sua vez, também foram favorecidas pelos excedentes e estoques de capitais formados criados durante o ciclo do café, principalmente na região sudeste), da dupla concentração da atividade bancária (redução progressiva do número de instituições bancárias, mediante a extinção de bancos locais e regionais, e, também, dos centros de gestão das redes bancárias, até esta se concentrar exclusivamente em São Paulo) e da criação de novos capitais fixos por meio de grandes projetos de investimento nas áreas de transportes e energia (financiados com base em empréstimos internacionais concedidos pelo FMI e pelo BIRD). Entre as décadas de 1930 e 1970, ao mesmo tempo em que o parque industrial nacional se expandia, tal

expansão se traduzia sob a forma de um processo de concentração produtiva no eixo sul-sudeste, que, por sua vez, formava a chamada “região concentrada”, espaço preferencial de investimentos do grande capital, incluindo o de origem estrangeira.

Entretanto, o elevado endividamento externo decorrente dos empréstimos contraídos obrigou o Estado a colocar em prática, nos anos seguintes, políticas de incentivo a cultivos exportáveis (que deslocaram a fronteira agrícola em direção ao Planalto Central) e a projetos de mineração na Amazônia. Na década de 1990, com a globalização da economia, o desmonte do Estado desenvolvimentista no Brasil, a abertura e a desregulamentação da economia, seguiu-se uma onda de privatizações de infraestruturas e compra de empresas tanto estatais quanto de capital privado nacional, dando início a um novo ciclo de investimentos estrangeiros através da aquisição de ativos existentes no país com o suporte de instituições bancárias.

De igual modo, vimos que as finanças também possuem um papel vital na compreensão de diversas transformações pelas quais o espaço agrário brasileiro, que é parte do território nacional, passou, principalmente a partir da década de 1960, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural. Em primeiro lugar, porque o SNCR, ao lado das políticas de extensão rural e de pesquisa agropecuária, possibilitaram a chamada “modernização do campo”, isto é, a mudança na base técnica da produção agropecuária, integrando-a à indústria situada “antes da porteira” e possibilitando o cultivo de extensões de terra maiores sem aumentar de maneira correspondente a demanda por força de trabalho, permitindo, assim, aumentar a produtividade em uma mesma unidade de área. As consequências foram verificadas nas décadas seguintes: aumento progressivo da escala de produção, com uma produção de excedentes que possibilitou a integração com um setor industrial “depois da porteira”, a agroindústria processadora, além de empresas comerciais e atravessadores. Nas décadas de 1970 e 1980, espalharam-se pelos países diversos complexos agroindustriais. Os vínculos intersetoriais criados produziram, também, interações espaciais dentro do próprio território nacional

e/ou com o exterior. De um território organizado segundo uma lógica zonal, com base na contiguidade espacial e nas relações de proximidade, passou-se para a lógica do território-rede, baseado na dispersão e na distância.

No entanto, antes dos anos 1990 e 2000 a política de crédito rural praticada no país não havia atingido de maneira ampla a agricultura familiar, cujos territórios se converteram na nova “fronteira” do capital financeiro a partir dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Também foi na década de 1990, com a chegada de grandes firmas multinacionais no campo brasileiro – que se instalaram, inicialmente, através de aquisições de agroindústrias de capital nacional –, que se desenrolou um profundo e amplo processo de reestruturação produtiva que resultou em uma maior inserção de agentes privados no financiamento à produção agropecuária. Conseqüentemente, tais mudanças engendraram a difusão de pacotes tecnológicos e de serviços de suporte à produção agrícola que, como parte dos contratos de financiamento, se transformaram em instrumentos de apropriação e gestão dos espaços agrários por parte, inicialmente, das *tradings*, e, posteriormente, das empresas revendedoras.

À medida em que essas empresas abriam seus capitais nas bolsas internacionais, a participação de investidores estrangeiros em sua composição acionária aumentava. O passo seguinte era a criação, por essas empresas, de imobiliárias agrícolas que passaram a negociar terras no país. Isso ocorreu antes da última grande crise econômica global, logo foi uma estratégia especulativa, uma forma de se antecipar à alta do preço das *commodities* e a corrida global por terras como estratégia competitiva para a redução dos custos de produção através da transição de um sistema mais intensivo em capital para um sistema mais extensivo em terra. Essa estratégia está por trás da valorização do preço da terra no Brasil nos últimos anos e, também, do fenômeno do *landgrabbing* – a transformação da terra no campo em um ativo territorial nacional cujas apropriação e gestão encontram-se cada vez mais nas mãos do capital financeiro internacional.

## Referências

Aracri, L. A. **Configuração atual da fronteira agrícola na Amazônia Legal: agentes, processos e formas**. Palestra proferida no Seminário do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (fevereiro/2021). Rio de Janeiro: ENCE-IBGE, 2021-a.

Aracri, L. A. Planejamento territorial: do pós-II Guerra aos Planos Plurianuais de FHC, Lula e Dilma Rousseff. In: **Revista Águila**. Número 25, ano XII. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida (Núcleo de Publicações), 2021-b, p. 167-183.

Aracri, L. A. O programa Selo Combustível Social e os limites à modernização da agricultura familiar na Bahia e em Mato Grosso. In: Aracri, L. A. **Modernização tecnológica e geografia**. Rio de Janeiro: e-Papers, 2018, p. 91-98.

Aracri, L. A. **Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo**. A agricultura de precisão em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2012, 175 p.

Aracri, L. A. Limites à modernização da agricultura familiar no marco do programa Selo Combustível Social. In: Bernardes, J. A. e Aracri, L. A. (orgs.) **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**. Limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, p. 77-90.

Basf. **BASF na América do Sul**. Relatório 2019. São Paulo: Diretoria de Relações Institucionais e Gerência de Comunicação Corporativa (BASF South America), 2020, 43 p.

Baumgarten, M. **Tecnologia e desenvolvimento**. In: Cattani, A. e Holzmann, L. (orgs.) *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 398-406.

Becker, B. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, C. (org.) **Fronteiras**. Brasília: Ed. Unb, 1988, p. 60-89.

Bernardes, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In: Castro, I. E., Gomes, P. C. e Corrêa, R. L. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 325-366.

Britto, F. G. Desmatamento, agricultura moderna e políticas públicas em Mato Grosso: novos paradigmas, antigas limitações. In: Bernardes, J. A. e Arruzzo, R. C. (orgs.) **Geografias da Soja III**. Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009, p. 89-122.

Cano, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008, 304 p.

Cano, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, 384 p.

Corrêa, R. L. Concentração bancária e os centros de gestão do território no Brasil. In: Corrêa, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2006, 332 p.

Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil. Evolução histórica do crédito rural. In: **Revista de política agrícola**. Ano XIII, número 4. Brasília: SPA-MAPA, 2004, p. 10-17.

Mazzali, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**. Do complexo à organização em rede. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, 175 p.

Oliveira, F. de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003, 150 p.

Moreira, R. **Formação espacial brasileira**. Uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012, 334 p.

Piquet, R. **Indústria e ordenamento territorial no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 172 p.

Piquet, R. **Cidade-empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, 168 p.

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. **A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, 58 p.

Santos, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988, 124 p.

Santos, M.; Silveira, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2021, 471 p.

Sarti, F. e Laplane, M. Investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. In: Laplane, M., Coutinho, L. e Hiratuka, C. (orgs.) **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, p. 11-58.

Sassen, S. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016, 336 p.

Silva, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1998, 228 p.

Sofiste, G. M. **Dinâmica da estrutura produtiva do agronegócio florestal**. A região de Curvelo. Belo Horizonte: Novas Edições Acadêmicas, 2018, 140 p.

Veltz, P. **Mundialización, ciudades y territorios. La economía de archipiélago**. Barcelona: Ariel, 1999, 252 p.